

avaliação: provocação da aprendizagem

MARIA HELENA WEBER, professora do Curso de Comunicação. Coordenadora da Comissão de Carreira do Curso de Comunicação da FABICO/UFRGS.

“Como se chamam os ciclones, quando não têm movimento?”

Pablo Neruda

1 CONSIDERAÇÕES E ESPECULAÇÕES

O saber e a comunicação são equivalentes a poder. Esta afirmação pode justificar o processo de resistência, individual e coletivo, implícito quando saber e comunicação são alvos da crítica, ou seja, são submetidos a algum processo de avaliação; como denúncia que obrigatoriamente gera mudanças.

O processo de aprendizagem, normalmente, é atribuído à condição de aluno (que precisa aprender), cabendo ao professor a função de desencadear este processo, transformando aprendizes em sabedores e contribuintes de um sistema, ou em seus revolucionários. O professor deve estar apto a habilitar pessoas para que manejem instrumentos que definirão seus espaços na sociedade. A relação pedagógica de poder entre aluno e professor, tendo ao meio o conhecimento, parece, então, uma grande escadaria: no topo o professor que olha seus aprendizes, nos degraus iniciais e separando-os, técnicas, métodos, conteúdos, jogos e informações que aumentam ou diminuem o número de degraus. A aproximação entre todos os elementos que caracterizam um curso depende, fundamentalmente, do professor que detém o poder: do saber e da comunicação.

Esta abordagem simples pode nos remeter a questões complexas e atuais inseridas nos discursos sobre a democratização da universidade, a necessária qualidade do ensino, a função da universidade, a capacitação docente, a qualificação discente e outros. Especificamente, nos Cursos de Comunicação, a discussão passa pela mudança, pela implementação de novas estruturas curriculares, por novas análises quanto aos meios de comunicação e sua responsabilidade, pela Constituinte, pelo diploma, mas o consenso é a busca de qualidade, de melhorias que os justifiquem como imprescindíveis nas mudanças sociais. Tendo ao redor questões tão provocantes e fundamentais, chamar a atenção para os processos de avaliação, como fatores fundamentais para que a democratização do ensino realmente inicie, parece apenas uma questão de ordem menor.

O jogo das relações de poder estabelecidas entre aluno, professor e o conhecimento, tende a se tornar mais sutil e sofisticado em regimes democráticos. Um sistema planejado de avaliação pode equilibrar as regras deste jogo porque, obrigatoriamente, métodos, conteúdos, técnicas, objetivos, posturas e expectativas terão de ser submetidos a uma análise que acarretará a definição de procedimentos e objetivos.

A avaliação fortalece os conceitos de Universidade, de saber e de realidade. É um processo desconfortável porque exige mudanças, porque desmonta a ideologia “qualquer — coisa — está — bem — eu — faço — o — que posso” Assim, uma estrutura curricular passa a ter sentido e

os conteúdos podem ultrapassar sua classificação e serem operacionalizados em todas as suas dimensões.

É necessário resgatar o significado e a conjugação do verbo educar, do discurso sobre a democratização da universidade e sua praxis. Educação implica em propiciar condições de libertação, no mínimo, do não saber, em questionar como se ensina, porque se ensina, em que condições se passa da condição de reprodução do conhecimento às condições de produção. Além disso, sistematizar métodos de avaliação possibilita ao aluno entender como pode aprender melhor; que seus direitos, no processo ensino-aprendizagem devem ocupar um espaço maior que a sala de aula e que a sua participação deve ser maior do que a de receptáculo de informações e fazedor de trabalhos.

A polissílabo avaliação precisa ser entendida nas suas implicações por ser imprescindível ao amadurecimento de um curso, qualquer que seja seu objeto de estudo. É tão importante quanto o programa formal desenvolvido por uma disciplina ou mais, já que estes conteúdos poderão ser melhor administrados e repassados, se integrados a um processo sistemático de análise.

A decisão sobre a provocação e manutenção de processos participativos de avaliação requer coragem, persistência e simplicidade para mudar e, assim, crescer. Não há crescimento sem dor, sem levantar âncoras, sem soltar amarras, sem começar de novo. Portanto, a exposição à crítica, embora difícil e dolorosa, tem que ser provocada, da mesma maneira com que os alunos terão que aprender a substituir sua passividade e opiniões descompromissadas, por uma participação efetiva no funcionamento do curso, exigindo e produzindo qualidade. Os conteúdos, organizados em súmulas e programas, têm que ser a consequência do entendimento sobre o tipo de profissional que se pretende formar e têm que traduzir a filosofia do curso, o nível de conhecimento a ser exigido e a produção decorrente. Esta combinação só será possível, também, através de sistemas de avaliação, para que os conteúdos não continuem a justificar feudos ou o "no-vo".

Aprender a aprender, através do entendimento sobre o significado de educar e, consequentemente, sobre a responsabilidade de formar, de ensinar, de transformar. A profissão de educador, maior do que a de professor, difere das outras, na medida em que mexe com a essência da transformação possível. Saber compartilhar é educar, é entender os vínculos e as teias que ligam o conhecimento a seus transmissores, seus métodos, seus receptores e resultados. Os graus atribuídos como avaliação dos aprendizes devem ser resultado de um crescimento mútuo e não o registro "do que foi possível obter no semestre."

As mudanças e melhorias que podem qualificar o ensino de comunicação dependem especialmente de uma predisposição acadêmica e administrativa em avaliar, e inovar, tortalecendo o entendimento e a dinâmica dos sistemas de comunicação. A participação de todos os segmentos dos quais depende o Curso é fundamental, embora facilmente a crítica seria aceita se formulada pelos iguais. Retomando, assim, a relação entre democracia, educação e comunicação, pode ser ressaltada a necessidade de que este triângulo comece a funcionar em todos os espaços, quaisquer que sejam as condições. A democracia na universidade extrapola as resoluções administrativas e as eleições diretas, porque teremos que aprender a lidar com ela na sala de aula, no processo básico de avaliação que analisa o nosso trabalho, na discussão com alunos, na mudança de metodologia, na decisão de que é preciso estudar mais.

Nesse momento, quando a Resolução nº 02/84 do CFE está sendo implementada pelos Cursos de Comunicação, é fundamental que aceitemos a provocação e lutemos pela autonomia que o nosso curso suporta, para que a qualidade transpareça mais na produção científica do que na apologia dos equipamentos e salas asseadas. A avaliação, nestas condições, deveria ser radical ao ponto de permitir o questionamento sobre a função do Curso na universidade, na comunidade, bem como a disponibilidade de participação efetiva de professores na mudança e a confecção de conteúdos decorrentes de objetivos reais.

Os profissionais de comunicação são os responsáveis pelo registro da História, na notícia, no anúncio, na promoção, portanto sua formação não pode ser restrita àquilo que, individualmente, entendemos como sendo suficiente. Somente a discussão do conjunto dos professores e alunos, combinada à análise de objetivos, programas, métodos e produção, pode nos fornecer certezas e fortalecer nosso trabalho de educadores. A prioridade não podem ser os aspectos individuais, sejam eles dos alunos, ou dos professores. A prioridade deve ser o exercício de procurar a qualidade de ensino.

2 A EXPERIÊNCIA DE AVALIAÇÃO NA COMUNICAÇÃO/UFRGS

O sistema de Avaliação do Curso de Comunicação Social da UFRGS está acompanhando a implantação do Projeto de Reestruturação deste curso, desde 1985. Os procedimentos e as técnicas adotadas, visando a obtenção de resultados, têm traduzido as diversas situações e as especificidades do Curso, de seus alunos e professores. Assim, os resultados que vêm sendo obtidos possibilitam a aproximação gradual entre (a) a estrutura do Curso, em todos os seus aspectos formais; (b) as condições técnicas; (c) seus recursos humanos; (d) as características das três habilitações (Jornalismo, Propaganda e Relações Públicas); (e) a falta de verbas e equipamentos; (f) a falta de espaço; (g) os projetos individuais dos professores e (h) o projeto e a filosofia proposta pelo currículo em implantação.

Sem dúvida, as dificuldades de estabelecer uma avaliação completa ainda são muitas, caracterizadas especialmente pela resistência e o nível baixo de credibilidade na mudança possível, a partir de um envolvimento individual e direto com o Curso. Mesmo assim, os resultados são extremamente positivos à medida que começam a provocar alterações, exigências e novas posturas em nome de uma qualidade possível.

Os instrumentos e procedimentos que vêm sendo utilizados no Sistema de Avaliação têm como objetivo principal a obtenção de informações, respeitando a função do corpo docente e corpo discente. Em síntese, foram utilizados, semestralmente, (a) questionários individuais diferenciados para alunos e professores; (b) reuniões por área de atuação, por área de conhecimento, com Departamentos; (c) reuniões gerais com alunos e professores; (d) reuniões entre alunos; (e) correspondência solicitando avaliação e considerações; (f) análise de súmulas e programas; (g) análise de material produzido pelo Curso e outros. Nas reuniões gerais *Reunião Geral de Avaliação* os temas a serem debatidos (sempre vinculados ao funcionamento e melhoria do Curso) são abordados através de painéis, apresentação de relatórios e outros. Como resultado destas reuniões gerais, são definidos procedimentos a serem adotados e devidamente divulgados.

Sendo esta uma experiência recente e naturalmente problematizadora, a resistência é inevitável e nem sempre é possível obter respostas. No entanto, o Sistema de Avaliação já faz parte do funcionamento do Curso e o mais recente resultado foi a decisão, decorrente da 4ª Reunião realizada nos dias 30, 31 de julho e nos dias 3, 4 de agosto de 1987 sobre a realização sistemática de reuniões específicas de avaliação por habilitação, sobre o andamento de todas as questões que determinam a qualidade do ensino. A coordenação deste Sistema é realizada pelo Departamento de Comunicação e a Comissão de Carreira de Comunicação Social (coordenação de curso).

4 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 4ª REUNIÃO SEMESTRAL DE AVALIAÇÃO

Tema: funcionamento e melhoria do Curso de Comunicação Social da UFRGS

Data: dias 30 e 31 de julho e dias 3 e 4 de agosto de 1987.

Participantes: professores que ministram aulas no Curso de Comunicação Social, órgãos coordenadores do Curso; alunos do Curso e outras pessoas diretamente interessadas.

Objetivos: analisar, avaliar e definir procedimentos de mudança visando a melhoria do Projeto de reestruturação do Curso de Comunicação Social, considerando:

- Processos e métodos de ensino utilizados no Curso,
- Processos e formas de aprendizagem pretendidos em relação aos alunos,
- Características e qualidade de produção resultante das disciplinas,
- Processos e métodos de avaliação da aprendizagem,
- Tipo de aprendizagem que caracteriza o Curso.

Metodologia: – Painéis por área de ensino comuns a todas as habilitações.

- Apresentação do tema por um coordenador.
- Debate do tema pelos professores e alunos presentes.
- Definição de procedimentos pelos participantes.
- Elaboração e divulgação de relatório.

Programa: DIA 30.07.87

Tema – Redação de textos

DIA 30.07.87

Tema – Conteúdos e produção audiovisual

DIA 31.07.87

Tema – Desenvolvimento de *laboratórios* e projetos experimentais

DIA 31.07.87

Tema – Conteúdos e produção gráfica

DIA 03.08.87

Tema – Conteúdos nas disciplinas de fundamentação teórica

DIA 03.08.87

Tema – Desenvolvimento dos *seminários*

DIA 04.08.87

Tema – Avaliação e definição de procedimentos visando a melhoria do Curso